

ATA DA VIGÉSIMA REUNIÃO DO FÓRUM DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL DE PRESIDENTE PRUDENTE E REGIÃO – FPETI-PPR

Às 09h00, do dia 08 de maio do ano de dois mil e vinte, sexta-feira, realizou-se de forma telepresencial, a vigésima reunião ordinária do Fórum de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil de Presidente Prudente e Região – FPETI-PPR, com a presença dos Senhores Mouzart Luis Silva Brenes, MM. Juiz do Trabalho Coordenador do Juizado Especial da Infância e Adolescência (JEIA), Renata Aparecida Crema Botasso – Procuradora do Ministério Público do Trabalho, Dr. Antonio Pereira Júnior – Procurador do Ministério Público do Trabalho, Marcos Poletto – Capitão da Polícia Militar do Estado de São Paulo, Sebastião Estevam dos Santos – representante do Ministério da Economia – Gerência Regional do Trabalho, Aline Letícia Inácio Moscheta, representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Maria Helena Veiga Silvestre – Secretaria de Assistência Social de Presidente Prudente, Paulo de Oliveira – representante do Conselho Intersindical, Júlio César da Silva – representando o CIEE, Rita de Cássia Gonçalves – representante SEDUC de Presidente Prudente, Rogério Aléssio, representante da Inova Prudente e Carlos Eduardo Santos de Melo – servidor do TRT-15ª Região.

O Dr. Mouzart declarou aberta a reunião e disse que, em razão do momento excepcional, de isolamento social para conter a disseminação do novo coronavírus, optou-se por realizar esta reunião de forma virtual. Ressaltou a necessidade de criarmos soluções extraordinárias para que o FPETI-PPR possa dar continuidade ao trabalho de conscientizar a sociedade e erradicar o trabalho infantil na cidade de Presidente Prudente e região.

Agradeceu a presença de todos e à Dra. Renata Aparecida Crema Botasso e ao Dr. Antonio Pereira Júnior, ambos procuradores do trabalho, por criarem a sala virtual para realizarmos a reunião.

Na sequência foram abordados os itens da pauta.

1- Leitura e aprovação da ata da reunião do dia 20 de fevereiro de 2020;

Foi dispensada a leitura da ata da Décima Nona Reunião do Fórum de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil de Presidente Prudente e Região – FPETI-PPR, realizada no dia 14 de fevereiro de 2020, e, com exceção da retificação de dois erros materiais na redação das palavras “trouxe” e “CEREST”, a ata foi aprovada por unanimidade.

2- Seminário: Aprendizagem: responsabilidade social empresarial e inclusão protegida de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade. Adiamento. Esclarecimentos necessários;

O Dr. Mouzart esclareceu que a pandemia da covid-19 teve início no Brasil no dia 26.02.2020 e, às vésperas da data prevista para o seminário, os Tribunais e demais órgãos públicos começaram a baixar atos/provimentos suspendendo a realização de eventos presenciais. Por essa razão foi colocado em deliberação virtual no grupo do FPETI o adiamento do referido seminário, oportunidade em que todos votaram pelo seu adiamento. Ficou registrado que se trata de mero adiamento, pois, assim que a pandemia passar, o seminário será realizado.

Pela Dra. Renata foi dito que já havia preparado o material de divulgação, que será inutilizado, e que o *coffee breack* ajustado com a padaria será fornecido quando o seminário puder ser realizado.

3- Eventos comemorativos de 18 de maio (Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infantil), 12 de junho (Dia Mundial, Nacional e Municipal de Contra o Trabalho Infantil) e 12 de outubro (Dia da Criança);

Foi relatado pelo Dr. Mouzart que, como era de conhecimento de todos, havia um planejamento para a realização de eventos presenciais (como a caminhada, a corrida e o evento na praça 9 de Julho) para conscientizar a população, mas, por ora, em razão da pandemia do novo coronavírus, tais eventos presenciais estão prejudicados.

Na reunião anterior as Sras. Maria Helena e Rita falaram sobre o trabalho que já desenvolvem em comemoração ao dia 18 de maio.

Pela Sra. Rita foi dito que na SEDUC estão trabalhando em *home office*, desde 23 de março, mas já planejam lives e uma série de ações sobre o dia 18 de maio, tendo, inclusive, sido gravados mini-vídeos sobre a temática. Disse acreditar que não serão realizados eventos presenciais. Sobre o dia 12 de junho, informou que há orientações técnicas para trabalhar com as crianças e que estão desenvolvendo ações sobre como chegar às crianças. A questão pedagógica está sendo desenvolvida e colocada para as crianças. Estão gravando pequenos vídeos e inserindo no *facebook* das escolas. Cada escola tem seu *facebook*. As escolas tem se comunicado com os alunos pelo *facebook* e pelo *whatsapp*. Relatou, ainda, a Sra. Rita, que havia uma *live* prevista para o dia 13 de maio, por meio do *google meet*, para falar sobre a pandemia e como conviver com essa nova realidade de isolamento social. Para 18 de maio, a SEDUC está indicando a

live de pipo e fifi e sobre o segredo de tartanina. A Sra. Rita disse, por fim, que também haverá outros vídeos dela e outro da colega Telma sobre a educação sexual.

Pela Sra. Maria Helena foi dito que iniciou uma conversa com o secretário da comunicação do município a fim de elaborar material para o dia 18 de maio. Disse que haverá material para rádio, televisão e espaços públicos, e que vai conversar com a empresa de comunicação para elaborá-lo. Relatou que os CRAS estão trabalhando via remota, por *whats app* e por ligação telefônica. Sobre o dia Mundial, Nacional e Municipal contra o trabalho infantil, informou que ainda não está acertado todo o material para os eventos.

Pelo Dr. Mouzart foi dito que as comemorações presenciais (como caminhada e corrida) sobre o dia 12 de junho, especificamente, também ficarão prejudicadas em razão da proximidade da data. A Dra. Renata compartilhou da mesma opinião, e destacou o receio da população em participar de um evento presencial.

Pelo Dr. Paulo foi sugerido a realização de live sobre o trabalho infantil para não esvaziar o trabalho do FPETI-PPR. A Dra. Renata disse poderíamos realizar uma live no dia 12 de junho.

O Sr. Sebastião também disse concordar com a realização de lives e que estão trabalhando no sistema de *home office*. Manifestou sua preocupação com a situação dos adolescentes (aprendizes e estagiários) e ressaltou a importância das Notas Públicas emitidas pelo Ministério Público do Trabalho. Disse que considera importante a realização das lives para levar orientação a todos.

Pela Rita foi dito que enviará o plano de ação sobre o mês de maio (mês laranja), para fazer parte integrante da ata.

O Dr. Mouzart propôs à Dra. Aline, representante da OAB, que levasse à comissão da OAB, a pretensão de o FPETI-PPR aderir às corridas que a OAB vem realizando. Pela Dra. Aline foi dito que as corridas previamente agendadas foram canceladas por força da pandemia do novo coronavírus.

O Dr. Mouzart destacou as dificuldades e os custos para organizar uma corrida, citou o exemplo de Campinas em que o FPETI aderiu às corridas da OAB de Campinas. Também esclareceu que não pretende protagonismo na corrida da OAB, mas a oportunidade de falar sobre o trabalho infantil e levar uma faixa sobre a importância do combate ao trabalho infantil. A Dra. Aline

assumiu o compromisso de levar o assunto para discutir com a Dra. Débora e com o Dr. Wesley (atual presidente da OAB local).

Pela Maria Helena foi dito que estão sendo confeccionadas máscaras para serem entregues junto com cestas básicas para famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que poderíamos colocar o catavento - símbolo do combate ao trabalho infantil.

Pela Dra. Renata foi dito que faz uma campanha para o uso das máscaras em parceria com a comunidade dos imigrantes e refugiados. A campanha está sendo realizada pelo *story* do MPT, onde cada um pode escrever uma frase na máscara. O Dr. Antonio enviou pelo chat o site “vaidemascara.com”.

O Paulo, da Fundação Mirim, disse que também estão produzindo máscaras personalizadas. O Município comprou máscaras para todos os servidores, mas na cidade há diversas fábricas que estão produzindo.

A Dra. Renata ficou de providenciar a cotação para produzir as máscaras a serem entregues junto com as cestas básicas às famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

4- Informes sobre o monitoramento da busca ativa. Campanha #Prudentesemtrabalho infantil;

Na reunião anterior discutimos sobre a criação de uma campanha #Prudentesemtrabalho infantil através de um sistema ou plataforma, a exemplo da Órium, para viabilizar a busca ativa permanente.

A Maria Helena disse que está realizando acompanhamento/monitoramento junto às organizações sobre o trabalho de busca ativa. Disse que o resultado tem sido satisfatório com a CAC e o Projeto Aquarela. Estão fazendo visitas quando agendadas por telefone, mas a busca ativa propriamente dita só será feita se for comunicado pelo Conselho Tutelar ou pela população em geral, em razão dos efeitos da pandemia.

Pelo Sebastião foi esclarecido que recebeu solicitação para verificar a situação de 14 (quatorze) adolescentes relacionados na pesquisa como estagiários. Narrou que houve dificuldade inicial porque não havia CNPJ e endereços das empresas e que, em alguns casos, os adolescentes estavam vinculados a pessoas físicas.

Feita a busca, constatou que nenhum dos adolescentes eram efetivos estagiários ou aprendizes. Foi realizada consulta e não encontrou esses

adolescentes cadastrados como aprendizes, pois, se assim fossem, estariam cadastrados no PIS.

O relatório foi encaminhado para a Secretaria de Assistência Social. A Dra. Renata solicitou que o relatório também seja encaminhado ao MPT.

O Dr. Mouzart disse que na última reunião foi debatido sobre a criação de uma campanha *#Prudentesemtrabalho infantil* e também sobre a possibilidade de criar um sistema, a exemplo do Órion criado pela Polícia Militar, a fim de implantar uma política de busca ativa permanente.

Pelo Capitão Marcos Poletto, representante da Polícia Militar, foi dito que é possível criar uma aba no sistema Órion para compartilhamento dos dados sobre o trabalho infantil.

O Dr. Rogério Aléssio disse que teve a sorte de ser o professor do Garrido na UNOESTE e contribuiu para a criação do sistema Órion que já é integrado com o sistema do Município de Presidente Prudente. O Dr. Rogério disse que a ideia de criar a aba é sensacional e se colocou a disposição para trabalhar em conjunto para desenvolver essa aba no sistema. Pelo Capitão Marcos Poletto foi dito que falaria com o Garrido sobre o assunto, mas não via problema. Disse que toda a ajuda para o aprimoramento do sistema é bem-vinda.

Após ser questionado pelo Dr. Mouzart, o Capitão Marcos Poletto esclareceu que o sistema é bem transparente e que todos os órgãos/instituições podem ter acesso às informações. Destacou que também é possível ampliar e restringir os acessos ao sistema. Atualmente, somente o Policial Militar, mediante uso senha, tem acesso ao programa para registrar o Boletim Social.

O Dr. Rogério pontuou que o próprio formato do sistema Órion permite ampliar o acesso e uma adaptação no registro do Boletim Social e, com alguma adaptação, é a melhor forma para implementar e realizar a busca ativa permanente.

Sobre a criação de um site do FPETI-PPR, o Sr. Rogério colocou-se a disposição para criá-lo, mas esclareceu que precisa saber a finalidade e as funcionalidades a serem aplicadas no site. O aprofundamento do tema ficou para ser tratado em reunião extraordinária a ser oportunamente agendada.

O Sr. Paulo ressaltou a importância do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) e levantou a hipótese de o combate ao trabalho infantil ser inserido e tratado dentro do contexto desse

programa de conscientização das crianças quanto combate ao uso de todos os tipos de drogas.

Pelo Dr. Rogério foi dito que talvez seja interessante incluir a SEDEP (Secretaria de Desenvolvimento), mas não sabe se ela tem um protocolo sobre a identificação do trabalho infantil. Em relação ao Órion, relatou ter levantado algumas informações durante a reunião e que não está muito difícil fazer as adaptações mediante a criação de uma nova aba.

Em relação à SEDEPP a Sra. Maria Helena disse que há uma lei específica e que os fiscais, quando identificam o trabalho infantil, tem que tomar medidas para romper o vínculo empregatício. Os fiscais atuam muito na fiscalização das feiras livres e no comércio. O Dr. Antônio, Procurador do Trabalho, pontuou que o Município de Presidente Prudente firmou um TAC com o MPT para combater o trabalho infantil nas feiras livres, tendo como consequência a perda do alvará de funcionamento.

O Dr. Mouzart agradeceu a presença do Rogério Aléssio pela disposição em participar nesta reunião e em auxiliar o FPETI no combate ao trabalho infantil. O Sr. Rogério Aléssio, por sua vez, se colocou a disposição para colaborar.

5- Situação dos aprendizes e dos estagiários em meio à pandemia decorrente da covid-19. Esclarecimentos sobre a Nota Técnica do MPT;

A Dra. Renata esclareceu que o MP emitiu Notas Técnicas sobre a situação dos aprendizes e estagiários e criou grupos de trabalho sobre os efeitos da pandemia, com a finalidade de orientar a atuação em relação aos aprendizes e estagiários.

A primeira Nota Técnica “proibiu” o trabalho dos aprendizes e estagiários durante a pandemia para preservar a saúde e a vida desses adolescentes, interrompendo a parte prática e as aulas teóricas da aprendizagem. Já a segunda Nota Técnica, de nº 10, foi emitida após a edição da MP 936/20 (que prevê sua aplicação ao aprendiz e aos estagiários). No entanto, a Nota Técnica emitida pelo MPT entende que a referida Medida Provisória só pode ser aplicada pelas empresas que tenham condições fornecer equipamentos de segurança aos adolescentes, para desenvolver as partes teórica e prática da aprendizagem.

A Procuradoria do MPT de Presidente Prudente orientou as entidades formadoras a procederem de acordo com disposto na Nota Técnica e notificou as empresas responsáveis pela contratação dos aprendizes.

A Coordenadora da Coordinfância do MPT informou que foram demitidos 6.400 (seis mil e quatrocentos) aprendizes após o início da pandemia. O MPT pretende afastar os aprendizes e estagiários adolescentes da parte prática e teórica e realizar audiência com as empresas.

Pelo Sr. Sebastião foi dito que está orientando todos os empregadores e entidades formadoras acerca da necessidade de afastar todos os adolescentes empregados, assim como os aprendizes do ensino teórico e da parte prática do programa de aprendizagem. Ressaltou que a Gerência Regional do Trabalho de Presidente Prudente está realizando ações fiscais para que os adolescentes não sejam colocados em perigo de vida e, também, para evitar que os aprendizes sejam demitidos, salvo nas hipóteses taxativas previstas na legislação.

A Dra. Renata ponderou que não pode haver a redução da jornada com redução de salário, pois nesta situação o adolescente continuará no ambiente de trabalho, exposto ao risco de contaminação. O Dr. Paulo e a Dra. Renata destacaram que a suspensão do contrato de trabalho dos aprendizes com o pagamento do Benefício Emergencial (calculado com base no valor do seguro-desemprego) é mais vantajoso ao aprendiz no aspecto financeiro, que receberá valor superior ao salário-hora pactuado.

O Sr. Júlio, representante da CIEE, relatou algumas dificuldades junto às empresas, mas esclareceu que os casos que chegam ao conhecimento do CIEE estão sendo orientados com base nas diretrizes da Nota Técnica do MPT. A pedido da Dra. Renata, o Sr. Júlio se comprometeu a levar estes fatos/dificuldades ao conhecimento do jurídico do CIEE.

7 – Assuntos gerais

A próxima reunião ficou agendada para o dia 14.08.2020, às 9h00.

Nada mais havendo a tratar, o Dr. Mouzart Luis Silva Brenes deu por encerrada a reunião, agradecendo, uma vez mais, à presença de todos, e eu Carlos Eduardo Santos de Melo, _____, Assistente de Juiz, lavrei a presente ata, que será encaminhada por meio eletrônico a todos os participantes e, depois de aprovada, assinada por mim e pelo MM. Juiz Doutor Mouzart Luis Silva Brenes.

MOUZART LUIS SILVA BRENES

Juiz do Trabalho Coordenador do Juizado Especial da Infância e Adolescência (JEIA)